UFPB

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA

JAMILY RODRIGUES DE SOUZA

MULHERES, HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO E O COMÉRCIO DA INSTRUÇÃO NA PARAÍBA (1850-1890)

JOÃO PESSOA/PB
2026

JAMILY RODRIGUES DE SOUZA

MULHERES, HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO E O COMÉRCIO DA INSTRUÇÃO NA PARAÍBA (1850-1890)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do Curso de Licenciatura plena em Pedagogia na Modalidade Presencial, do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba, como requisito para obtenção do título de Licenciatura em Pedagogia.

Orientadora: Profª. Drª. Aline de Morais Limeira

JOÃO PESSOA/PB
2026

Catalogação na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

S729m Souza, Jamily Rodrigues de.
Mulheres, história da educação e o comércio da instrução na Paraíba (1850-1890) / Jamily Rodrigues de Souza. - João Pessoa, 2026.
48 f.

Orientação: Aline de Morais Limeira.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - UFPB/CE.

1. Mulheres. 2. Escolarização. 3. História da educação. I. Limeira, Aline de Morais. II. Título.

UFPB/CE CDU 37(091)(043.2)

Elaborado por SUELEÉM VIEIRA MOURA BRITO - CRB-15/397

JAMILY RODRIGUES DE SOUZA

MULHERES, HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO E O COMÉRCIO DA INSTRUÇÃO NA PARAÍBA (1850-1890)

Trabalho de conclusão de curso submetido à Banca Examinadora designada pelo Curso de Graduação em Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba como requisito para obtenção do grau de Licenciada em Pedagogia.

BANCA EXAMINADORA

gov.br Documento assinado digitalmente
ALINE DE MORAIS LIMEIRA
Data: 02/09/2026 11:27:24-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Assinatura: _____
Prof. Aline de Morais Limeira (Orientadora)

Assinatura: _____
Prof. Itacyara Viana Miranda (Banca interna)

Assinatura: _____
Prof. Amanda Sousa Galvíncio (Banca interna)

João Pessoa, 14 de Agosto de 2026.

À mainha, que sempre foi meu maior exemplo de força, amor e dedicação. Dedico esta conquista a você, que nunca mediu esforços para me apoiar, acreditar em mim e me incentivar a seguir em frente, mesmo nos momentos mais difíceis. Cada ensinamento, cada palavra de carinho e cada gesto de cuidado fizeram parte da pessoa que sou hoje e me trouxeram até aqui.

AGRADECIMENTOS

Penso na universidade como um lugar de travessias. Entrei carregando sonhos ainda sem forma e saio levando muito mais do que um diploma, levo memórias, afetos e a certeza de que o conhecimento também se constrói nos encontros. Entre trabalhos, corredores, o pós prova no Velho Orlando, noites de estudo e desafios que pareciam intransponíveis, aprendi que crescer é, muitas vezes, continuar caminhando mesmo quando o caminho parece incerto.

À minha família, meu mais profundo agradecimento por todo o amor, apoio e incentivo ao longo desta caminhada. Às amizades que floresceram nesse percurso, deixo minha mais profunda gratidão. Foram elas que transformaram dias difíceis em lembranças felizes, dividiram angústias, multiplicaram sorrisos e fizeram da jornada acadêmica um espaço de acolhimento. Cada conversa, cada incentivo e cada gesto de companheirismo permanecerão vivos na memória, muito além dos muros da universidade. Agradeço também aos professores que, com dedicação e compromisso, compartilharam não apenas conhecimentos, mas inspiraram novos olhares sobre a educação, a pesquisa e a vida. Cada ensinamento contribuiu para moldar a profissional e a pessoa que hoje me torno.

De maneira muito especial, expresso minha sincera gratidão à minha orientadora Aline. Sua paciência, sensibilidade e confiança foram essenciais para que este trabalho ganhasse forma. Obrigada por compreender minhas dúvidas, respeitar meu tempo (além do limite), e mostrar, com generosidade, que orientar é também acolher. Sua dedicação deixou marcas que levarei por toda a minha trajetória.

Agradeço também à primeira professora de História da Educação, Nayana Rodrigues Cordeiro Mariano, que mesmo sem saber me fez enxergar essa linha de pesquisa de uma forma espetacular. Meu profundo reconhecimento também para a professora Itacyara Viana Miranda, por meio dela entrei no Grupo de Pesquisa de História da Educação no Nordeste Oitocentista (GHENO), mediante essa circunstância pude aprofundar os estudos da temática em questão com os encontros do grupo, fica registrado aqui meu abraço a todos.

E claro, sem deixar de mencionar minha referência docente, Profª Drª Jorilene Barros, à professora que a vida transformou em madrinha, minha eterna gratidão. Obrigada por acreditar em mim desde os tempos do Ensino Médio, por segurar minha mão em um dos momentos mais importantes da minha vida, quando me acompanhou na matrícula da universidade, e, depois, ter o privilégio de ser novamente sua aluna. Sua presença marcou minha trajetória muito além da sala de aula. Levo comigo seus ensinamentos, seu incentivo e, acima de tudo, o carinho e o cuidado que sempre demonstrou por mim.

Às professoras Itacyara Viana Miranda e Amanda Sousa Galvíncio, expresso minha sincera gratidão por aceitarem o convite para compor esta banca examinadora. É uma honra contar com a leitura atenta, as contribuições e o olhar sensível de pesquisadoras como vocês.

Por fim, agradeço à universidade por ser mais do que um espaço de formação acadêmica, por ser um lugar onde aprendi a sonhar e acreditar que a educação tem o poder de transformar vidas. Que este seja apenas o fim de um capítulo e o início de muitas outras páginas que ainda serão escritas.

RESUMO

Este trabalho analisa a participação das mulheres no comércio da instrução na Província da Parahyba do Norte, entre 1870 e 1890, com ênfase nas formas de inserção das professoras no ensino particular e em suas contribuições para a organização da educação oitocentista. Parte-se do problema de compreender como as mulheres participam do comércio da instrução primária e de que maneira sua atuação no ensino particular contribui para a configuração do campo educacional paraibano. A pesquisa justifica-se pela necessidade de ampliar os estudos sobre a participação feminina na organização da instrução particular, considerando que o comércio da instrução e as experiências de professoras que atuam para além do ensino público ainda constituem dimensões pouco exploradas pela historiografia. Trata-se de uma pesquisa histórica, de abordagem qualitativa, desenvolvida por meio de investigação bibliográfica e documental. O estudo utiliza como fontes anúncios publicados na imprensa paraibana oitocentista, relatórios dos Presidentes da Província, relatórios da Diretoria da Instrução Pública, legislação e regulamentos da instrução, mapas escolares e demais documentos relacionados ao ensino particular e à atuação das professoras.

Palavras-chave: Mulheres; escolarização; história da educação; comércio da instrução; ensino particular.

RESUMEN

Este trabajo analiza la participación de las mujeres en el comercio de la instrucción en la Provincia de la Parahyba del Norte, entre 1870 y 1890, con énfasis en las formas de inserción de las profesoras en la enseñanza privada y en sus contribuciones a la organización de la educación del siglo XIX. Se parte del problema de comprender cómo participaron las mujeres en el comercio de la instrucción primaria y de qué manera su actuación en la enseñanza privada contribuyó a la configuración del campo educativo paraibano. La investigación se justifica por la necesidad de ampliar los estudios sobre la participación femenina en la organización de la instrucción privada, considerando que el comercio de la instrucción y las experiencias de profesoras que actuaron más allá de la enseñanza pública aún constituyen dimensiones poco exploradas por la historiografía. El estudio utiliza como fuentes anuncios publicados en la prensa paraibana del siglo XIX, informes de los Presidentes de la Provincia, informes de la Diretoria da Instrução Pública, legislación y reglamentos de la instrucción, mapas escolares y otros documentos relacionados con la enseñanza privada y la actuación de las profesoras.

Palabras clave: Mujeres; escolarización; historia de la educación; comercio de la instrucción; enseñanza privada

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO..... 10

I - EXPERIÊNCIAS DE ESCOLARIZAÇÃO: O ENSINO PRIMÁRIO PARA MENINAS……..... 16

1.1 – A coeducação, obrigatoriedade e instrução das mulheres…… **17**

1.2 – A imbricada relação entre o público e o privado na instrução…….. **10**

II - ESTABELECIMENTOS PARTICULARES FEMININOS……. 26

2.1 – Outros casos: tratando a oferta de aulas particulares na província paraibana……. **29**

2.2 – Pensando a instrução feminina em instituições não formais…….. **33**

III - PROFESSORAS NO TRÂNSITO ENTRE O MAGISTÉRIO PRIVADO E PÚBLICO……... 36

CONCLUSÕES..... 43

REFERÊNCIAS..... 45

INTRODUÇÃO

A segunda metade do século XIX foi marcada por transformações políticas, sociais e educacionais que repercutiram diretamente na organização da instrução pública e particular no Brasil Imperial. Nesse contexto, a educação passou a ocupar um espaço cada vez mais significativo nos projetos de modernização do Estado, sendo concebida como um instrumento de formação moral, intelectual e cívica da população. Ao mesmo tempo em que o poder público buscava ampliar e regulamentar a instrução primária, a iniciativa privada também assumiu papel relevante na oferta do ensino, especialmente diante das limitações estruturais da rede pública e da crescente demanda por escolarização. Conforme discutem Gondra e Schueler (2008), Miranda (2012), Limeira (2010), Pinheiro (2010), entre outros, a constituição do sistema educacional oitocentista resultou da atuação simultânea de diferentes agentes sociais, evidenciando que a escolarização não foi responsabilidade exclusiva do Estado, mas também de sujeitos particulares que encontraram na educação um importante campo de atuação.

Na Província da Parahyba do Norte, esse cenário manifestou-se por meio da coexistência entre escolas públicas, colégios particulares e aulas privadas oferecidas em residências ou estabelecimentos específicos. A documentação produzida ao longo do período, especialmente os relatórios dos presidentes de província, os regulamentos da instrução pública e os anúncios publicados na imprensa periódica, revela uma dinâmica educacional mais ampla do que aquela tradicionalmente enfatizada pela historiografia, permitindo compreender que o ensino particular constituiu um espaço significativo para a difusão da instrução, sobretudo nas localidades em que a presença do Estado se mostrava insuficiente.

Nesse universo, destaca-se a crescente participação feminina no magistério. Embora a atuação das mulheres na educação tenha sido frequentemente associada ao ensino público primário ou à formação moral das meninas, diferentes estudos demonstram que muitas professoras ultrapassaram esses limites, fundando colégios, oferecendo aulas particulares e administrando estabelecimentos destinados à instrução feminina (Limeira; Costa; Calazans, 2023; Santos, 2020). Essas iniciativas evidenciam que diversas mulheres construíram trajetórias profissionais próprias, inserindo-se no mercado educacional oitocentista por meio da comercialização de serviços de ensino. Assim, o magistério particular representou não apenas uma ocupação socialmente aceita para determinadas mulheres, mas também uma estratégia de inserção econômica, reconhecimento profissional e construção de prestígio

social.

Entretanto, apesar dos avanços observados nas pesquisas sobre História da Educação, História das Mulheres e profissão docente, a historiografia privilegiou, em grande medida, os processos de institucionalização da instrução pública, a legislação educacional e a criação das Escolas Normais. Em consequência, o comércio da instrução permanece como uma temática ainda pouco explorada, especialmente no que se refere à participação das mulheres como agentes econômicas e educacionais. Estudos como o de Santos (2020) ampliaram significativamente o conhecimento acerca da profissão docente na Parahyba oitocentista ao demonstrar a importância dos professores na constituição do ensino provincial antes mesmo da institucionalização da formação normalista. De modo semelhante, Miranda e Ladislau (2024) evidenciam que as trajetórias de professoras particulares extrapolam a atuação nas escolas públicas, revelando a docência feminina como uma prática social, econômica e cultural inserida nas transformações da sociedade imperial.

As contribuições da História das Mulheres têm deslocado o olhar historiográfico de personagens tradicionalmente invisibilizadas para sujeitos que participaram ativamente da construção da vida social. Nessa perspectiva, investigar professoras que atuaram no ensino particular e os modos de organização dessa malha de ensino significa reconhecer as múltiplas formas pelas quais as mulheres ocuparam espaços de trabalho, constituíram redes de sociabilidade, negociaram posições de prestígio e contribuíram para a expansão da escolarização na Província da Parahyba do Norte. Mais do que reconstruir trajetórias individuais, interessa compreender como essas mulheres participaram da constituição do comércio da instrução e quais estratégias mobilizaram para legitimar sua atuação em uma sociedade marcada por relações de gênero que delimitavam os espaços femininos.

Partindo dessas considerações, esta pesquisa propõe investigar a relação entre mulheres, História da Educação e o comércio da instrução na Província da Parahyba do Norte, no período compreendido entre 1850 e 1890. O recorte temporal contempla um momento de intensificação da presença feminina no magistério, da ampliação das iniciativas particulares de ensino e das transformações que antecederam a criação da Escola Normal da província, possibilitando analisar as diferentes formas de atuação das professoras em um contexto de reorganização da instrução provincial. O recorte espacial corresponde à Província da Parahyba do Norte, por constituir o espaço em que se desenvolveram as experiências educacionais analisadas e onde se concentram as fontes documentais que fundamentam esta

investigação.

Diante desse cenário, emerge o seguinte problema de pesquisa: como as mulheres participaram do comércio da instrução primária na Província da Parahyba do Norte entre 1850 e 1890 e de que maneira sua atuação no ensino particular contribuiu para a configuração do campo educacional oitocentista?

Para responder a essa questão, a pesquisa tem como objetivo geral analisar a participação das mulheres no comércio da instrução na Província da Parahyba do Norte entre 1850 e 1890, compreendendo as formas de inserção das professoras no ensino particular e suas contribuições para a história da educação paraibana. Como objetivos específicos, pretende-se identificar os modos de organização e funcionamento da malha privada de ensino e seu impacto no processo de escolarização, em diálogo com os dados relativos à instrução pública; mapear as professoras que atuaram no ensino particular, examinando as estratégias empregadas na divulgação e manutenção de seus estabelecimentos; e analisar as relações estabelecidas entre a iniciativa privada de ensino, a atuação feminina e a organização da instrução provincial na segunda metade do século XIX.

No que se refere ao percurso metodológico, trata-se de uma pesquisa histórica, desenvolvida por meio de investigação bibliográfica e documental, de abordagem qualitativa. Essa opção justifica-se pela necessidade de interpretar as fontes históricas em seu contexto de produção, buscando compreender as relações sociais, culturais e educacionais que envolveram a participação das mulheres no comércio da instrução entre 1850 e 1890. Essa perspectiva permite analisar a atuação das professoras considerando as especificidades da sociedade oitocentista e as transformações que marcaram a organização da instrução particular na Província da Parahyba do Norte.

A pesquisa documental constitui o principal procedimento metodológico deste estudo. Serão analisados anúncios publicados na imprensa paraibana oitocentista, relatórios dos Presidentes da Província, relatórios da Diretoria da Instrução Pública, legislação provincial referente ao ensino, regulamentos da instrução, mapas escolares e demais documentos relacionados à oferta do ensino particular e à atuação das professoras. O exame dessas diferentes tipologias documentais permitirá identificar a criação de colégios, a oferta de aulas particulares, as disciplinas ministradas, os públicos atendidos, os métodos de ensino empregados e as estratégias utilizadas pelas docentes para divulgar e consolidar seus

estabelecimentos.

Os periódicos assumem especial importância para esta investigação por constituírem espaços privilegiados de circulação de informações sobre o mercado educacional oitocentista. Os anúncios publicados nos jornais permitem observar aspectos como a localização dos estabelecimentos, as disciplinas oferecidas, a organização das aulas, os diferenciais apresentados pelas professoras e as formas de legitimação utilizadas para atrair estudantes. Em diálogo com os relatórios administrativos, a legislação provincial e os demais documentos da instrução pública, essas fontes possibilitam reconstruir a dinâmica do ensino particular para além da perspectiva oficial, evidenciando práticas e experiências que dificilmente seriam identificadas apenas na documentação administrativa.

A análise das fontes será realizada por meio do cruzamento entre os diferentes documentos, buscando identificar permanências, mudanças e especificidades da atuação feminina no comércio da instrução. A comparação entre imprensa, documentação administrativa, legislação e produção historiográfica permitirá confrontar informações, reduzir as limitações inerentes ao uso isolado de cada conjunto documental e construir uma interpretação mais abrangente sobre a organização do ensino particular e a participação das mulheres no campo educacional paraibano durante a segunda metade do século XIX.

A pesquisa bibliográfica estabelece diálogo com diferentes campos da História da Educação, da História das Mulheres, da profissão docente e da instrução particular no Brasil Imperial. No campo da História da Educação, Gondra e Schueler (2008) contribuem para a compreensão da constituição da instrução no Brasil oitocentista, permitindo compreender a participação de diferentes agentes e instituições na organização do ensino. Miranda (2012), ao investigar as aulas públicas e particulares na Parahyba do Norte entre 1860 e 1889, oferece subsídios para compreender a relação entre as iniciativas pública e privada na organização da instrução provincial. Limeira (2010), por sua vez, ao discutir o comércio da instrução no século XIX, contribui para a compreensão dos colégios particulares, das estratégias de divulgação e das relações estabelecidas entre iniciativa privada e educação. Em diálogo com essa perspectiva, Limeira e Gondra (2020) permitem problematizar as concepções de público e privado na História da Educação.

No âmbito dos estudos sobre a profissão docente, Santos (2020) contribui para a compreensão da constituição da profissão docente na Parahyba do Norte, evidenciando a

atuação dos professores na organização do ensino provincial antes da institucionalização da formação normalista. Miranda e Ladislau (2024) ampliam essa discussão ao evidenciarem trajetórias de professoras particulares e sua atuação para além das escolas públicas. Já os estudos de Limeira, Costa e Calazans (2023) contribuem para compreender a relação entre educação, atuação feminina e emancipação das mulheres, especialmente a partir das iniciativas particulares de ensino.

A escolha deste tema justifica-se pela necessidade de ampliar o conhecimento sobre a participação das mulheres na organização da instrução particular na Província da Parahyba do Norte durante a segunda metade do século XIX. Embora a historiografia da educação tenha avançado significativamente nas últimas décadas, ainda são reduzidos os estudos dedicados ao comércio da instrução e às experiências de professoras que atuaram para além do ensino público, fundando colégios, oferecendo aulas particulares e administrando estabelecimentos destinados à formação de meninas. Este estudo de TCC integra um conjunto de pesquisas vinculadas ao projeto "Mulheres em Movimento na História da Educação", que tem financiamento público do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) por meio do Edital Universal, Chamada CNPq/MCTI Nº10/2023 - Faixa A - Grupos Emergentes. Processo 402585/20233-2, e é coordenado pela professora Aline de Morais Limeira. As pesquisas realizadas no âmbito deste projeto estão sendo executadas desde o final de 2023 com um coletivo de pesquisadoras de nível de graduação, pós-graduação e professoras da UFPB, como Itacyara Miranda, Aldenize Ladislau, Amanda Galvíncio, Israela Helena, Maria Clara Miguel e eu. Até o momento foi publicado um livro coletânea (APPRIS, 2024), há 2 livros autorais em produção, 4 artigos submetidos para revistas, dos quais 1 deles eu faço parte como co-autora junto com as professoras Aline e Itacyara.

Ao privilegiar essas experiências, a pesquisa busca evidenciar que a escolarização oitocentista resultou da atuação de diferentes agentes sociais, entre eles mulheres que encontraram na educação uma possibilidade de inserção profissional, reconhecimento social e relativa autonomia econômica. Desse modo, o estudo contribui para ampliar a compreensão do ensino particular como dimensão constitutiva da história da educação brasileira, afastando interpretações que atribuem exclusivamente ao Estado a expansão da instrução.

Sob o ponto de vista historiográfico, esta investigação dialoga com os estudos da História da Educação e da História das Mulheres ao reconhecer as professoras como sujeitos históricos que participaram ativamente da constituição do campo educacional provincial. Mais

do que reconstruir trajetórias individuais, procura compreender as relações estabelecidas entre gênero, trabalho e educação, evidenciando as estratégias mobilizadas por essas mulheres para legitimar sua atuação em uma sociedade marcada por limites impostos à presença feminina no espaço público.

A pesquisa também se justifica pela natureza das fontes mobilizadas. A utilização articulada de anúncios publicados na imprensa, relatórios administrativos, legislação provincial, mapas escolares e demais documentos possibilita reconstruir aspectos do ensino particular frequentemente ausentes da documentação oficial. O cruzamento dessas diferentes tipologias documentais favorece uma compreensão mais ampla da organização da instrução e das formas de inserção das professoras no mercado educacional oitocentista.

Do ponto de vista acadêmico, espera-se que este estudo fortaleça as pesquisas sobre História da Educação na Paraíba ao ampliar o conhecimento acerca da participação feminina na constituição do campo educacional provincial e estimular novas investigações sobre o ensino particular no século XIX. Ao reunir diferentes evidências documentais e dialogar com a produção historiográfica recente, a pesquisa pretende oferecer novas interpretações acerca das múltiplas formas pelas quais a escolarização foi organizada, evidenciando o protagonismo de sujeitos frequentemente pouco contemplados pela historiografia.

Por fim, a relevância social da pesquisa reside na valorização de trajetórias femininas historicamente invisibilizadas. Ao reconhecer a contribuição de professoras que atuaram como educadoras, gestoras e organizadoras de iniciativas privadas de ensino, o estudo amplia a compreensão sobre a formação da docência feminina e sobre o papel desempenhado por essas mulheres na construção da história da educação paraibana. Dessa forma, busca colaborar para o reconhecimento de sua participação na constituição do patrimônio histórico e educacional da Paraíba.

I – EXPERIÊNCIAS DE ESCOLARIZAÇÃO: O ENSINO PRIMÁRIO PARA MENINAS

Na década de 1820, se institucionalizaram alguns esforços em prol da criação de um sistema de ensino nacional que pudessem ser compatíveis com projetos de Nação e Estado em emergência, e vinculados às perspectivas de progresso e civilidade. Em sua primeira Constituição (1824), o Brasil estabeleceu, conforme o art. 179, que a instrução primária seria gratuita a todos os cidadãos e dever do estado. Neste caso, compreendia-se por cidadania critérios como renda, condição civil (livre e não escravizado) e nascimento (pessoas nascidas no Brasil e estrangeiros naturalizados).

Em 15 de outubro de 1827 foi promulgada a primeira Lei Geral do Ensino que, em seus 17 artigos, versava sobre magistério, métodos de ensino, criação de escolas, saberes e etc. No seu conteúdo que definia como ampla a oferta e criação de escolas no território nacional, tendo como critério a densidade populacional (BRASIL, 1827, art.1), e, de maneira inédita, instaurava-se claramente a oferta de aulas públicas para meninas e a garantia desse direito nos termos da lei. A medida, em prol da democratização do acesso à escolarização, determinava que "Haverão escolas de meninas nas cidades e villas mais populosas, em que os Presidentes em Conselho, julgarem necessario este estabelecimento" (BRASIL, 1827, art.11). Para ambos, meninos e meninas, o ensino elementar consistiria em

> ler, escrever as quatro operações de arithmetica, pratica de quebrados, decimaes e proporções, as nações mais geraes de geometria pratica, a grammatica da lingua nacional, e os principios de moral christã e da doutrina da religião catholica e apostolica romana (Brasil, 1827, art. 6).

Após essa legislação e, em cumprimento a ela, logo no início do ano de 1828, foi instalada uma escola na capital da Paraíba para meninas, com a professora Maria da Conceição Cabral (PARAÍBA. Província. Documentos Diversos… Palácio do Rio de Janeiro, 18 de novembro de 1828/ Paraíba, 9 de fevereiro de 1929). Ela, Maria da Conceição Cabral, atuou na capital da província dando aulas na localidade da Cidade Alta (atual centro de João Pessoa) até 1840, quando se aposentou, com 12 anos de atuação como professora da instrução pública primária de meninas. Sobre ela não localizamos ainda mais nenhuma informação. Nesse interstício de tempo, entre 1828 e 1840, tivemos um crescimento de 9 escolas públicas para meninas espalhadas por toda província.

De modo geral, esses números relativos à escolarização de meninas vão só aumentando ao longo do século XIX. No final da década de 1880, em 1889, havia 78 escolas públicas primárias, 34 de meninos e 24 de meninas, com mais de 680 meninas matriculadas. Além de 400 alunas matriculadas em escolas mistas (PARAÍBA. Província. Relatório do Presidente da Província da Paraíba do Norte, 1889, p.47). Infelizmente, com os documentos pesquisados até o momento, ainda não é possível saber identidade ou perfil sócio-racial dessas estudantes.

Em diálogo com o que vem sendo anunciado quanto à crescente alfabetização feminina, Santos (2020, p. 67) apresentou um quadro referência, de abertura de aulas/escolas na Paraíba entre os anos de 1842 a 1883. Em dados totais, ficou contabilizado 691 aberturas de aulas de instrução primária feminina na província. Do mesmo modo, Ladislau e Miranda (2024, p.131), anunciaram que apesar das cadeiras masculinas terem numericamente uma oferta superior às cadeiras femininas na Paraíba, entre os anos de 1850 a 1869, foi possível observar um aumento percentual de 1.100% de cadeiras femininas, contra 257% de crescimento das cadeiras masculinas no mesmo período em destaque. Ou seja, houve um investimento significativo do poder público e privado na ampliação da oferta de ensino para meninas ao longo das décadas e, ao mesmo tempo, tal ampliação ainda constituiu-se insuficiente para proporcionar um equilíbrio entre as estatísticas de escolas para meninos e meninas.

1.1 A coeducação, obrigatoriedade e instrução das mulheres

Esses dados estatísticos também precisam ser tensionados a partir de uma questão que vai se tornando central no final do século XIX, o que seja: a criação das escolas mistas e a coeducação. Conforme Rodrigues (2016), com a Proclamação da República e a laicização do Estado, a instrução pública passou por transformações significativas. Nesse contexto, a coeducação foi gradualmente incorporada às escolas públicas, tanto por representar uma alternativa mais econômica para ampliar a oferta de vagas quanto por estar associada aos ideais republicanos de democratização do ensino. Entretanto, sua implementação ocorreu de forma parcial, uma vez que, apesar de estudarem na mesma instituição, meninos e meninas frequentemente recebiam conteúdos distintos e realizavam determinadas atividades separadamente, preservando diferenças fundamentadas nas expectativas sociais atribuídas a cada sexo. Dessa forma, a coeducação representou um importante avanço na história da

educação brasileira ao favorecer a ampliação da escolarização feminina e promover mudanças na organização do ensino. Contudo, esse processo não eliminou imediatamente as distinções de gênero presentes na escola, evidenciando que a convivência entre meninos e meninas no mesmo espaço escolar não significava, necessariamente, igualdade nas práticas educativas.

Em um total de seis regulamentos gerais da instrução pública e particular, primária e secundária mapeados para a província da Paraíba - Regulamentos Gerais da Instrução de 1849, 1852, 1860, 1871, 1884, 1886 -, temos que até a década de 1870, a norma prescrita era a de que o ensino primário deveria acontecer separadamente para meninos e meninas. Entretanto, a Resolução do Governo Provincial datada de 1886 passa a indicar que: "Art. 1º – Nas escolas do sexo feminino serão admitidos conjuntamente os alunos do sexo masculino que não houverem exercido a idade de nove anos" (INEP, Leis e regulamentos…, 2004, p. 60).

Em todo o Brasil, desde a década de 1870, as ideias em torno da coeducação começam a ganhar força, sendo a sua principal defesa a geração de economia atrelada ao então modelo de ensino. Ao que nos parece, na Paraíba esse debate se estende um pouco mais e só ganha contorno legal na década de 1880, conforme observamos.

Ou seja, uma primeira constatação é a de que não foi um processo linear o crescimento da oferta de ensino primário para meninas, houve limites e resistências ao longo do processo, sendo um deles o financeiro, como apontado em muitos documentos oficiais. A segunda questão é que havia uma certa pressão da sociedade em torno da oferta regular dessas escolas e que era manifestada também nos relatórios oficiais.

Para a análise em andamento importa pensar que a coexistência de aulas tanto para meninas, quanto para meninos vai tornando mais complexa a análise da presença feminina no ensino, não bastando mais quantificar número de escolas, mas articular dados como matrículas femininas. Igualmente nos parece importante destacar dados acerca da composição profissional do magistério, mediante informações coletadas por Santos (2020), em um período de cinquenta anos (1830 a 1880), o corpo docente era constituído por 31% de professoras no ensino primário da província da Paraíba. Ou seja, também na ocupação profissional da carreira docente a grande maioria era formada por homens.

Consideramos relevante indicar o debate em torno da obrigatoriedade do ensino primário. As primeiras legislações a este respeito datam da década de 1830 ainda, no caso de Minas Gerais (ALMEIDA, 2013). Na Paraíba, isso aparece pela primeira vez no Regulamento de 27 de janeiro de 1860. No entanto, como destacou Pinheiro (2013), no seu Art 67º indicava a previsibilidade de pais e responsáveis serem multados em caso da não matrícula no ensino

primário apenas para meninos (de até 7 anos de idade). Essa legislação não se manteve em vigor por muito tempo, tendo sido suspensa meses após a criação. No entanto, a Lei Nº 240 de 29 de setembro de 1866, em seu Art. 3º passava a caracterizar de maneira bastante clara o ensino primário como compulsório, e sem distinção de gênero. O que nos parece ser um avanço. Ademais, entende-se que se tornava também obrigatória a ação do Estado em promover a oferta deste ramo da educação, atendendo, inclusive, às prováveis demandas que surgiam das famílias e da sociedade.

Vale igualmente ressaltar que, ao nos referirmos ao gênero feminino, não necessariamente estamos enquadrando de maneira universal a todas elas, afinal houve em vários momentos na História da Educação Brasileira e Paraibana restrições de caráter etnico, racial e civil para algumas mulheres, as escravizadas (Barros, 2018).

Como indicam as pesquisas de Barros (2018, 2021, 2022), na Paraíba, a presença de negros (mesmo livres ou libertos) e/ou escravizados na instrução pública chegou a ser proibida pelo Regulamento da Instrução Pública de 1852. Entretanto, logo no início de 1860, um novo regulamento foi aprovado, e este deixava de incluir pessoas pretas livres ou libertas na interdição, mas ampliava a proibição da oferta de instrução às pessoas escravizadas também para instrução primária, secundária, pública ou particular.

É válido dizer que o Regulamento de 1860 durou pouco tempo, oito meses apenas, pois logo foi revogado, voltando o Regulamento de 1852 a vigorar. Mesmo assim, haviam pessoas negras (livres ou libertas) e escravizadas que eram letradas ou alfabetizadas em diferentes províncias, desde o período colonial, algumas delas a partir da escolarização formal, inclusive, como é possível conferir nas obras do autores (Fonseca & Barros, 2016); (Barros, 2016; 2022); (Limeira, 2022).

Insistindo em mais ponderações, destacamos o fato de que havia uma infinidade de experiências de educação e letramento para parte da população que dificilmente seria contabilizada em dados oficiais estatísticos, pois tratam-se de aulas domésticas, com preceptores e professores particulares, ensino em associações e sociedades religiosas, recreativas, culturais ou de ofícios.

Algumas mulheres poderiam também acessar essas outras múltiplas e variadas formas de educação para além da escola. Aspecto que reforça esse entendimento pode ser observado no Censo Brasileiro de 1872: havia 1.119 paraibanos que sabiam ler e escrever (de um total de 5.211), enquanto 911 paraibanas sabiam ler e escrever (entre o total de 5644). E ainda contavam-se 6 mulheres escravizadas que sabiam ler e escrever (nenhum homem) (BRASIL. Censo brasileiro, 1872). Ou seja, a diferença entre homens e mulheres letrados não era tão

significativa quanto a diferença dos dados estatísticos (número de escolas e matrículas), que sempre foi maior para o sexo masculino, inclusive no ensino secundário que contava com o Lyceu Paraíbano desde a década de 1830 exclusivamente para meninos.

De modo geral, parece indiscutível que houve grandes avanços educacionais na Paraíba (e no Brasil) em termos de oferta, acesso e formação escolar para o público feminino ao longo do século XIX, sobretudo para mulheres brancas e livres. Esclarecendo que esta constatação relaciona-se também à condição de compulsoriedade deste nível de ensino (o primário), independentemente de gênero.

1.2 – A imbricada relação entre o público e o privado na instrução

Consideramos que é importante pesquisar e analisar as diversas atividades exercidas por mulheres nas escolas primárias da Paraíba, destacando as instituições e estabelecimentos privados também, por considerar importante pensar esse "comércio da instrução" (Limeira, 2010) e os modos como as mulheres se colocaram diante dele, exercendo funções administrativas, comandando o negócio como proprietárias, diretoras e/ou professoras.

No entanto, o debate em torno da definição de público e privado é algo difícil para esse período do século XIX (GONDRA E LIMEIRA, 2020). Naquele contexto estava em jogo a necessidade de estruturar o recém-independente Estado Nacional com base num aparato legal e, ao mesmo tempo, empreender um projeto de civilização fundamentado na ampla difusão das luzes da instrução. E o caráter público das aulas, do ensino elementar escolar, se configurava, estrategicamente, a partir da ação do governo. A intervenção da força governamental pela legitimação, criação, oferta, controle, regulamentação, fiscalização de determinado programa educacional garante às suas iniciativas o estatuto de públicas. Inobstante, as instituições públicas não configuraram monopólio, pois havia inúmeras outras iniciativas de aulas formais não públicas, mas privadas ou subvencionadas.

Desde o Decreto de 30 de junho de 1821, se instituiu no Brasil o princípio da liberdade de ensino justificada pela suposta incapacidade do Estado diante da oferta e da demanda por instrução (Gazeta do Rio de Janeiro, 1821, Edição 110, p.2).

Naquele contexto, havia na Paraíba, desde o ano de 1828, uma normatização acerca da abertura, funcionamento e fiscalização dessas iniciativas particulares (BRASIL, Lei de 01/10/1828, Artigo 70). Os gestores públicos recorriam a ela ao longo dos anos para enfatizar

a existência controlada das iniciativas particulares, como indica o relatório de 1842: “[...] "que nenhuma possa abrir-se sem previa licença e exame" (PARAÍBA. Província. Relatório Presidente da Província da Paraíba do Norte, 1842, P.17). Outras regulamentações continuaram normatizando essas experiências, como a Lei nº178 de 1864, Título II, Capítulo 3º, Art. 18º, no qual não seria permitido abertura de escola, sem prévia autorização do governo. Na década de 1880, Regulamento de 1886, Art. 87°, temos um alinhamento em torno do indicativo de permissibilidade a qualquer cidadão nacional ou estrangeiro, independente de licença e provas de habilitações, abrir estabelecimento de ensino primário na província (INEP, Leis e regulamentos…, 2004, p. 75).

Mas ao longo do século XIX essa existência do público e do privado se deu também a partir de relações cada vez mais estreitas, quando passaram a existir as escolas subvencionadas, cuja estrutura se configurava pela garantia financeira dada pelo Estado para matrícula e frequência de crianças (geralmente pobres) em colégios pagos (LIMEIRA, 2010).

Na província da Paraíba, até o momento, localizamos o registro de subvenção para o Colégio Nossa Senhora das Neves que foi criado em novembro de 1858 e passou a funcionar efetivamente em fevereiro de 1859, na modalidade internato, exclusivamente para meninas pensionistas. Após alguns meses de seu funcionamento, no Relatório Oficial se registrava que sua "necessidade ainda não foi infelizmente comprehendida”, justificando que o mesmo tinha baixa procura (PARAÍBA, Província. Relatório Presidente da Província da Paraíba do Norte, 2 de agosto de 1859, p.4).

Neste mesmo documento, registrava-se que, no "balanço da receita e despeza do estabelecimento” havia o recebimento de uma quantia do “thesouro provincial”, além dos valores provenientes das mensalidades.

A relação entre público e privado no caso desse colégio estava também marcada por outras questões, como o fato de que a nomeação da gestão e todo corpo docente - diretora/professora do ensino primário (Rozalina Tertuliana de Almeida), da professora de História e Geografia (Idalina Margarida de Assumpção Henriques) e da professora de piano foi realizada pelo próprio Diretor da Instrução Pública. Rosalina Tertuliana de Almeida (1824-1929) foi professora de primeiras letras de Campina Grande e a primeira diretora do Colégio Nossa senhora das Neves (ESPÍNDOLA, 2017 e RIBEIRO, 1995). Erminia Cuchiani, era o nome da professora de piano que, segundo os documentos pesquisados, faleceu ainda bem jovem: ´´Erminia Cuchiani, a qual depois de tres mezes de residencia na capital, veio a fallecer de febre amarella”. (PINTO, 1914, p.270).

De igual forma, a responsabilidade pelo aluguel da casa na qual funcionou inicialmente a escola, também se registrava como da administração pública. E sobre isso, inclusive, o Diretor relatava a preocupação em providenciar outra casa “commoda e segura, pois a em que está, alugado aliás por grande preço, ameaça ruina, e não tem os necessarios commodidades" (PARAÍBA. Província. Relatório Presidente da Província da Paraíba do Norte, 2 de agosto de 1859, p.4).

Apesar de todo investimento, o estabelecimento foi fechado em 1861 em razão da pouca procura, tendo apenas 4 alunas matriculadas, sendo 2 delas pensionistas e 2 delas meninas desvalidas que eram mantidas com a subvenção pública (PARAÍBA. Província. Relatório Presidente da Província da Paraíba do Norte, 17 de março de 1861, p.24). O estabelecimento voltou a funcionar em 1895, em novo prédio com grande estrutura (Egito, 2008). No que se refere à baixa procura de meninas pelas matrículas na instituição, ainda temos poucos dados que podem ser utilizados para a problematização, talvez o custo alto das mensalidades, a distância da instituição para a residência das meninas, a falta de confiança ou interesse das famílias, ou mesmo a existência de outros estabelecimentos (com funcionamento regular, que chegaram a registrar quase 30 alunas matriculadas), como veremos.

De modo geral, essas escolas públicas, privadas ou subvencionadas ao longo de todo o século XIX e em todo Brasil, constituíram-se categorias relacionadas a distintos níveis ou modalidades de escolaridade (ensino primário, secundário, superior, de ofícios, diurno ou noturno), bem como a diferentes instituições.

No quadro a seguir podemos analisar os dados do Ensino primário público e particular feminino da então província da Parahyba.

Tabela 1- Informações de números de colégios com aulas públicas e particulares da instrução feminina (1870-1890).

Ano	Instrução pública	Instrução particular
1870	28	2
1871	28	2
1872	30	2
1873	31	2
1874	37	2

1875	46	2
1876	40	2
1877	40	2
1878	30	2
1879	25	2
1880	26	3
1881	31	3
1882	36	3
1883	39	3
1884	39	3
1885	41	3
1886	44	3
1887	24	3
1888	13	3
1889	Sem informação	3
1890	Sem informação	3

Fonte: Tabela desenvolvida pela autora de acordo com Ladislau e Miranda (2024) e os *Relatórios dos Presidentes da Parahyba* (1870-1890).

Conforme apresentamos acima, o crescimento do número de aulas de instrução pública na Província da Parahyba entre 1870 e 1888 evidencia um processo marcado por expansão, estabilidade e retração, refletindo as condições políticas, econômicas e administrativas. Os dados revelam que o número de aulas públicas passou de 28, em 1870, para um pico de 46, em 1875, demonstrando um período de crescimento da rede escolar provincial. Essa expansão está associada às políticas de reorganização da instrução pública implementadas durante a década de 1870, quando os presidentes da província passaram a enfatizar a criação de cadeiras, a nomeação de professores e a ampliação da escolarização como elementos do projeto de modernização administrativa.

Entre 1870 e 1875, observa-se um crescimento contínuo, de 28 aulas em 1870 e 1871 para 30 em 1872, 31 em 1873, 37 em 1874 e 46 em 1875. Esse aumento corresponde a uma expansão aproximada de 64% em relação ao início da série, indicando um momento de

fortalecimento institucional da instrução pública. A partir de 1876, entretanto, a tendência de crescimento é interrompida. O número de aulas diminui para 40 e permanece nesse patamar em 1877. Em seguida, verifica-se uma queda mais acentuada, alcançando 30 aulas em 1878 e apenas 25 em 1879. Essa retração coincide com um dos momentos mais difíceis da história da província, marcado pelos efeitos da grande seca de 1877–1879, que provocou deslocamentos populacionais, redução da arrecadação provincial e severas dificuldades financeiras (BRASIL E MARIANO, 2025).

Na década de 1880, percebe-se uma recuperação gradual da instrução pública. O número de aulas aumenta de 26, em 1880, para 31 em 1881, 36 em 1882 e 39 em 1883 e 1884, alcançando 41 em 1885 e 44 em 1886, Miranda (2012) chama esse período de ´´década das flores``. Essa recuperação demonstra o esforço do governo provincial para recompor a estrutura da instrução pública após a crise da seca, retomando a criação e o provimento de cadeiras. Embora não tenha atingido novamente o pico observado em 1875, a rede escolar voltou a apresentar um crescimento consistente, sugerindo a retomada dos investimentos educacionais e da organização administrativa da instrução. Os dois últimos anos da série revelam, contudo, uma mudança abrupta. Em 1887, o número de aulas cai para 24 e, em 1888, reduz-se para apenas 13. Essa diminuição expressiva pode ser interpretada também com a existência de 20 escolas mistas conforme o relatório de 1877, evidenciando uma ampliação desse modelo de ensino no cenário educacional provincial. Embora essas escolas fossem destinadas ao atendimento conjunto de meninos e meninas, os dados demonstram uma predominância da frequência feminina. Das 607 matrículas registradas, 398 correspondiam a meninas, enquanto os meninos representavam uma parcela significativamente menor do alunado. Diferentemente de um processo contínuo de universalização da instrução, observa-se uma política educacional marcada por avanços e recuos, evidenciando que a manutenção das escolas dependia tanto da capacidade fiscal da província quanto da estabilidade política e administrativa do período imperial.

Os números apresentados para os colégios da instrução particular indicam uma realidade bastante distinta daquela observada na instrução pública. Ao longo do período analisado, verifica-se uma notável estabilidade, com o registro de dois colégios particulares durante praticamente toda a década de 1870 e início da década de 1880, elevando-se para três colégios apenas nos últimos anos da série apresentada. Diferentemente da instrução pública, que sofreu oscilações decorrentes da criação e supressão de cadeiras, das limitações orçamentárias e dos efeitos da seca de 1877–1879, a instrução particular manteve-se

praticamente inalterada, importante salientar que aqui estamos retratando os dados de colégios, não os das aulas particulares que eram anunciadas nos jornais. Outro aspecto relevante é que o pequeno número de colégios particulares evidencia que a iniciativa privada ainda não constituía uma alternativa capaz de suprir as limitações da rede pública. A comparação entre as duas modalidades de ensino evidencia a predominância da ação estatal na organização da instrução elementar. Mesmo enfrentando dificuldades financeiras, administrativas e climáticas, o governo provincial permaneceu como o principal responsável pela oferta escolar.

Dentre os colégios particulares identificados, destaca-se o seguinte estabelecimento de ensino, o Colégio Nossa Senhora do Carmo (1862-1890), das irmãs e professoras Idalina Margarida da Assumpção Henriques, Anna Carolina da Cruz Henriques e Rosa Adelaide Julia Branca Henriques (SANTOS, 2020). Idalina, que já foi citada anteriormente como professora do Colégio Nossa Senhora das Neves, dois anos após o fechamento do referido colégio culminou em fundar o próprio estabelecimento em sua respectiva residência, e de acordo com Ladislau e Miranda (2024) existe um indicativo de funcionamento oficial a começar do ano de 1865, ainda conforme analisado pelas autoras, indica que o colégio tinha Idalina como diretora e responsável pelo ensino particular, oferecendo instrução não apenas primária, mas também secundária. Esse aspecto evidencia a amplitude da proposta educacional da instituição, que buscava atender diferentes níveis de ensino em um período em que a oferta de educação para meninas ainda era limitada e fortemente marcada pela iniciativa privada.

Outro elemento que merece destaque é a longevidade do estabelecimento. Em funcionamento entre 1862 e 1890, o colégio permaneceu ativo por aproximadamente vinte e oito anos, demonstrando estabilidade administrativa e capacidade de se manter em um contexto no qual muitas instituições particulares possuíam existência efêmera. A permanência da instituição ao longo de quase três décadas sugere que ela conquistou reconhecimento social e um público capaz de assegurar sua continuidade, refletindo a relevância do ensino privado, existindo volumosas demonstrações ao trabalho da professora nos relatórios dos presidentes da província, ocorrendo até uma reverência à administração escolar (LADISLAU e MIRANDA, 2024).

Diante do percurso apresentado, compreende-se que a escolarização das meninas se constitui em meio a mudanças na organização da instrução e às diferentes possibilidades de oferta educacional existentes no período.

II – ESTABELECIMENTOS PARTICULARES FEMININOS

Em termos de oferta do ensino público, a primeira escola para meninas na Paraíba data de 1828 e em termos de oferta da malha particular, o primeiro registro que localizamos foi em 1842. Apesar de termos visto que a liberdade de ensino era um princípio em vigor em todo Brasil desde 1821 e que, em 1828 a legislação local já regulamentava a existência e funcionamento do comércio da instrução.

O referido registro consta na observação do Presidente da província em torno da necessidade de se garantir o ensino público para o sexo feminino diante dos inconveninentes ("estorvo") que constituia-se precisar do ensino privado (PARAÍBA. Província. Relatório Presidente da Província da Paraíba do Norte, 1842, p.17). O gestor poderia estar considerando como inconveniente os gastos que seriam necessários às famílias, ou mesmo a qualidade do ensino, ou ainda às questões de segurança e moralidade.

No ano de 1845 há outros indicativos da existência de estabelecimentos e alunas no ensino particular: "Tem também esta Cidade algumas escolas do sexo feminino, com bastantes meninas" (PARAÍBA. Província. Relatório Presidente da Província da Paraíba do Norte, 1845, p.48). Em 1849 os documentos indicam maiores informações: havia 55 alunas matriculadas na instrução primária privada na capital (PARAÍBA. Província. Relatório do Presidente da Província da Paraíba do Norte, 1850-1859, p.12-13). Em 1853, havia 6 Colégios com 119 matrículas: da professora Senhorinha Angelica da Lapa (22 alunas) (Idem, Mappa p. 12), além de Alexandrina Carolina de Vasconcelos Chaves (28 alunas), Maria das Neves Manoella de Mello (29 alunas), Anna umbelina Cavalcanti Chaves (13 alunas), Cordula Florentina Nobre (13 alunas), Maria Francisca Barreto Sarmento (14 alunas) (PARAÍBA. Província. Relatório Presidente da Província da Paraíba do Norte, 1853, Mappa p.43).

O comércio da instrução existiu em todas as regiões do Brasil Oitocentista, constituindo-se um ramo do ensino (primário ou secundário/preparatório) considerável na história do processo de escolarização. Não tendo sido diferente na Paraíba. Acessar essas experiências é possível a partir da investigação de diversas fontes, como os relatórios oficiais, artigos de jornais, ofícios, mapas de matrícula, anúncios publicitários e etc.

No que se refere às propagandas, elas mostram-se recursos documentais interessantes que permitem observar os elementos e informações consideradas essenciais ou mais importantes a se destacar a respeito do produto anunciado. Geralmente e, dependendo da extensão dos anúncios, o que se comunicava era: a identificação dos e das docentes ou

diretores/diretoras, a localização/endereço, o nível da instrução (primário e/ou secundário), o espaço físico, o currículo ofertado (Limeira, 2010).

Importante lembrar que até o momento, as primeiras propagandas que identificamos nos impressos disponibilizados pelo site da Hemeroteca da BN datam de 1864, e não significa que antes disso não tenha havido anúncio de aulas nos periódicos, muito pelo contrário, chamamos atenção para as limitações em torno das fontes documentais e a sua guarda no tempo e no espaço. Acerca desses primeiros achados lemos:

> Alexandrina Eudocia da Costa Ribeiro está autorisada pelo governo da província para ensinar meninas; os paes de família que quiserem confiar suas filhas dirijão-se á rua d' Arêa, n. 86, que promette trabalhar com todo o desvelo e carinho. (Jornal O Publicador, 1864, Edição 044, p. 4).
> Madame Tanny Boureau, residente na rua Direita casa n. 58, offerece-se ao respeitavel publico Paraíbano para dar lições de piano e francez em casa, e tambem vai a qualquer casa que para isso se quizer utilisar de seu prestimo. As horas marcadas serão as mais convenientes para suas alumnas. (Jornal O Publicador, 1864, Edição, 0657, p. 4).

Como se vê, há anúncios de diferentes modalidades e práticas educativas para meninas, tanto do ensino regular formal do ensino primário ("autorisada pelo governo da província para ensinar meninas") quanto de aprendizagem de línguas, teatro, instrumentos musicais, entre outros. Selecionando aquilo de que se trata nosso recorte neste estudo, o ensino primário feminino, podemos destacar que a publicidade estava dando visibilidade para elementos como o nome da professora, sua situação regular e formal diante das autoridades e legislações, sua localização e suas qualidades pessoais e profissionais ("desvelo e carinho").

Ao longo dos anos é possível observar para além dos anúncios de aulas, outros indicando o desempenho positivo de professoras que atuaram nas mais diversas regiões da província (Jornal Arauto Paraíbano, 6 de maio de 1888, número 17, ano III, p. 3). O adiantamento e bom desempenho das professoras é algo que temos visto com certa circularidade nos jornais da época.

A Escola Normal criada em 1884 na Paraíba, provavelmente possa ser pensada como um elemento que veio potencializar a formação de professoras na província, a quem se creditava o adjetivo de "qualificadas" para o exercício da docência primária, como foi o caso da Aquilina A. Oliveira, formada na primeira turma.

Após a década de 1880, algumas professoras egressas do curso empreendido na Escola Normal, criaram seus próprios estabelecimentos de ensino, enquanto outras foram atuar no ensino público como interinas (substitutas) ou efetivas/concursadas, a exemplo da professora

Eulália Esmeraldina de Souza, "[...] diplomada da Escola Normal d`este Estado" que "[...] abriu na casa de sua residencia á rua da Republica, n.° 67, uma aula particular, para a qual aceita alunnas" (Jornal A União, Edição 00520, 1895, p.3).

Interessante destacar que essas experiências ocorriam a partir de vínculos variados ao longo das décadas e mesmo antes de haver oficialmente uma formação institucionalizada. Exemplo disso é a trajetória da professora Anna Carolina de Paiva Lima. Um registro inicial que temos acerca dela, refere-se ao ano de 1883. Indica-se sua presença na banca de exame de Português, que parece ser referente ao processo de concessão do título de habilitação para o magistério, atividade com a qual já se ocupava antes: "[...] habilita para os labores a que se tem dedicado" (Jornal O Liberal Parahybano, Edição 00188, 1883, p.1). Mas ainda não temos certeza. Fato é que, no registro do jornal se destacam muitos elogios ao seu desempenho e atestam sua aprovação. Não identificamos desde quando a mesma atuava como professora e nem mesmo a data de criação do seu estabelecimento particular, mas sabemos que em 1888 o mesmo estava em funcionamento.

Trata-se do Collegio Coração de Maria, anunciado com indicação da realização dos exames públicos para conclusão do ensino por cinco alunas e dos resultados dos mesmos, bem como da banca que compôs tal certame (Jornal Gazeta da Parahyba, Edição 00169, 1888, p.1). Não ficou claro ainda, a que nível de ensino se referia a avaliação, primário ou secundário.

A professora Anna Paiva também exercia o cargo de professora de Religião do Externato da Escola Normal (Jornal Gazeta da Parahyba, Edição 00434, 1889, p.2) e substituta da disciplina de Português na Escola Normal (Jornal da Parahyba, Edição 02726, 1888, p.1). Ainda no mesmo ano, em 1888, ela estava sendo indicada também como interina para ocupar uma escola pública na capital (Jornal da Parahyba, Edição 02740, 1888, p.1). Para a indicação deste exercício, houve contestação por parte das autoridades que alegavam a impossibilidade de acúmulo de dois cargos públicos concomitantemente (Jornal Gazeta da Parahyba, Edição 00184, 1888, p.1). Anos depois, em 1896, há registros documentais de que a Anna Carolina já possuía vínculo efetivo com o serviço público, como professora primária em Alagoa Nova (uma vila do interior da província) (Jornal A União, 1896, Edição 00887, p.1).

Neste caso supracitado, podemos notar uma trajetória de atuação docente marcada pela presença múltipla nas esferas pública e privada, as vezes de maneira simultânea, inclusive. Outros casos, ainda em meados do século XIX, também podem ser identificados nos anúncios em circulação nos jornais da época, quanto à oferta de aulas particulares na província.

> Anna Afra Soares de Barros, autorisada pelo governo da província leccionar primeiras lettras na rua das Convertidas casa junto a de n. 131 A, mediante a paga de 28$ rs por alumna externa e 20$ rs internas mensalmente, bem como se encarrega de qualquer costura ou bordado por preços módicos para adquirir frequezia. Promette ser solicita em cumprir seus deveres (O Publicador, 1865, Edição 032, p.4).

Interessante refletir não só acerca da autorização que a professora Anna Barros havia recebido do governo provincial para lecionar, mas também às condições desta oferta, no qual ficava evidenciado que se aceitavam alunas externas e internas, estas últimas passando a morar na própria escola.

Além do acúmulo de funções, professora e comerciante, com oferta dos seus serviços de costura e bordado, outro ponto que desejamos destacar diz respeito à localização da casa na rua das Convertidas. Essa era uma rua com forte circulação de atividades sociais e comércio, mas também era lembrada em função de haver em meados do século XVIII, um abrigo de recolhimento de mulheres. Nessa mesma rua, identificamos não só a oferta de instrução primária pela professora Anna Afra, mas também de aulas noturnas para meninas, por Angela Souza, sobre quem falaremos no próximo capítulo.

2.1 Outros casos: tratando a oferta de aulas particulares na província paraibana

Como se observa, são várias as reflexões possíveis, bem como foram muitos os anúncios de comércio da instrução feminina em circulação na província, como o de Maria Silveira de Souza e Mello (Jornal O Publicador, 1867, Edição 1512, p. 4); Ephigenia d'Albuquerque Lima (Jornal O Publicador, 1868, Edição 01634, p. 3); Anna Afra de Barros (O Publicador, 1865, Edição 00936, p.3); Anna Carolina Carneiro da Cunha Aranha, (O Liberal Parahybano, 1883, Edição 00159, p.3) ou Umbelina Garcez (Jornal A União, 1898, Edição 01376, p.1).

Analisando tais registros, a localização geográfica das aulas para meninas também é algo que nos leva a debater acerca do processo de ocupação, ampliação e alcance desse comércio da instrução pela cidade, em ruas correspondentes ao conjunto da Cidade Baixa, onde tem-se o início da configuração urbana da capital da província da Paraíba (Teles, 2022), que se assemelha ao modelo particular de ensino também em outras regiões do país (LIMEIRA, 2010).

Destacamos também uma narrativa publicitária amparada no cuidado em atrair a atenção de virtudes profissionais e maternais das docentes que pudessem ser apreciadas pelos pais, tutores e responsáveis, a exemplo da Maria Silveira ao indicar “Todo zêlo e esmero na educação e adiantamento das meninas que lhe forem confiadas, como preceptora e mãe” (Jornal O Publicador, 1867, Edição 1512, p. 4).

Entre os demais anúncios com acesso possível, destacamos também o da professora Clara Olympia de S. Brito, uma pernambucana que se muda para a capital paraibana e contrata uma publicidade para divulgar o seu negócio:

> “[...] declara ao respeitavel publico desta capital e especialmente aos Srs. paes de familia, que tendo concluido este anno seus estudos no Collegio de Orphãs em Pernambuco onde fôra educada, e residindo presentemente nesta capital na casa n. 35 sita a rua de S. Francisco, oferece-se para leccionar primeiras letras [...] (Diario da Paraíba, 1884, Edição 105, p.1)

Interessante que, ao mesmo tempo em que a docente destaca sua formação educacional, ela também dá relevo à característica da instituição que deixa clara sua condição de uma criança órfã, desvalida ou pobre que foi acolhida pelas políticas públicas existentes na época. Neste caso, o Collegio de Orfãs, administrado pela Santa Casa de Misericórdia de Recife e que existia desde 1833 para abrigar e educar meninas com esse perfil social. Estudos indicam que algumas meninas desse estabelecimento, realizavam trabalhos domésticos em casas de famílias por algum tipo de remuneração, enquanto estavam na condição de internas e que muitas delas eram encaminhadas desde muito cedo para casamentos arranjados (Moura, 2003). Podemos considerar que o caso de Clara Olympia destoa, enquanto a mesma apresenta a oferta de serviço para o qual se mostra habilitada. E, talvez, sua mudança da província de Pernambuco para a da Paraíba, possa indicar a ocorrência de um matrimônio.

De modo geral, assim como se constata o crescimento da malha pública do ensino primário feminino na Paraíba ao longo do século XIX, também acontece com a malha privada. O que indica algumas possíveis afirmações: havia uma demanda pelo ensino feminino e, talvez, uma incapacidade de atendimento por parte do governo provincial de toda demanda existente, fomentando, deste modo, a iniciativa particular. É preciso observar, entretanto, que o crescimento dessas iniciativas também não são linear e muitas vezes, não é possível a acesso aos seus dados estatísticos a fim de um panorama mais realista, como é constatado pelo próprio documento: “O mappa das aulas públicas é exato, porém o das particulares está bem longe de sê-lo”, porque “muitas escolas particulares existem cujos

mappas não foram enviados" (PARAÍBA. Província. Relatório Presidente da Província da Paraíba do Norte, 1853, p.24).

Em paralelo a oferta privada de aulas para meninas, o que se nota nos relatórios oficiais são reclamações quanto a pouca quantidade de escolas públicas, a irregularidade na oferta das aulas (as mesmas são abertas e fechadas com muita recorrência), a distância geográfica da localização das mesmas que não conseguiam atender famílias que residiam longe, entre outros problemas. Esse panorama nos faz refletir sobre os limites e avanços no processo de ampliação e desenvolvimento da instrução feminina na província e de modo geral, no Brasil. Ao mesmo tempo, indica possíveis demandas e interesses pela educação de meninas, fosse pelos caminhos formais e/ou institucionais (escolas públicas, colégios particulares), fosse pelos caminhos da informalidade ou alternativos (ensino doméstico, associações, sociedades, irmandades).

À vista disso, destacamos as professoras que ofertaram aulas particulares no oitocentos através de anúncios de jornais.

Quadro 1- Informações de números de aulas particulares da instrução feminina (1860-1890).

Professoras particulares	Anúncios	Ano	Fonte
Alexandrina Eudocia da Costa Ribeiro	´´Autorisada pelo governo da província para ensinar meninas, na casa localizada na Rua d' Arêa, n. 86.``	1864	O Publicador
Madame Tanny Boureau	´´[...] residente na rua Direita casa n. 58, offerece-se ao respeitavel publico Paraíbano para dar lições de piano e francez em casa``	1864	O Publicador
Maria Silveira de Souza e Mello	´´[...] tenciona a dar principia a aula particular do ensino primario para o sexo feminino na **rua da ponte** n. 22.[...]``	1867	O Publicador
D. Angela Barbosa Cordeiro de Souza	´´se propõe a ensinar á noite a ler, escrever, traduzir e fallar a lingua franceza áquellas meninas ou moças que não possão vir durante o dia``	1869	O Publicador

Anna Carolina Carneiro da Cunha Aranha	“Anna Carolina Carneiro da Cunha Aranha declara aos pais de familia que, n’esta data, abrio aula de ensino primario na casa n.° 48, sita á rua Marquez do Herval d’ esta cidade, e bem assim que recebe alumnas internas e externas para leccionar as materias do mesmo ensino, mediante condições razoaveis.``	1883	O Liberal Parahybano
Clara Olympia de S. Brito	´´[...] residindo presentemente nesta capital na casa n. 35 sita a rua de S. Francisco, oferece-se para leccionar primeiras letras [...]``	1884	Diário da Parahyba
Eulália Esmeraldina de Souza	“ Eulalia Esmeraldina de Sousa, professora diplomada da Escola Normal d’este Estado, abriu na casa de sua residencia á rua da Republica n.° 67, uma aula particular, para a qual aceita alumnas``	1895	A União

Fonte: Quadro desenvolvido por Ladislau (2022) por meio de anúncios de Jornais da *Parahyba* (1860-1890).

Conforme observa Ladislau (2022), os anúncios de aulas particulares publicados na imprensa paraibana entre as décadas de 1860 e 1890 evidenciam a importância do ensino privado na organização da instrução primária da Província da Parahyba. Em um contexto em que a rede pública era insuficiente para atender à demanda escolar, as escolas particulares tornaram-se uma alternativa para as famílias e um importante espaço de inserção profissional para as mulheres. A documentação permite identificar, ao longo de mais de três décadas, a atuação de diversas professoras que ofereceram ensino particular na capital provincial.

Os anúncios publicados na imprensa desempenhavam importante função na divulgação desses estabelecimentos, funcionando como estratégia para conquistar a confiança das famílias e ampliar o número de matrículas. Neles, era comum destacar a localização da escola, as modalidades de ensino oferecidas, o recebimento de alunas internas e externas e, por vezes, as qualificações da professora ou as "condições razoáveis" de pagamento. A publicidade dos serviços demonstra que existia um mercado educacional relativamente consolidado na capital paraibana, no qual as professoras disputavam alunos e construíam sua reputação profissional. Além de suprirem as limitações da instrução pública, as aulas particulares constituíam um importante caminho de ingresso das mulheres na profissão

docente. A experiência adquirida na direção dessas escolas frequentemente antecedia a nomeação para cadeiras públicas, segundo Santos (2020), como ocorreu com várias dessas professoras que aqui foram e ainda serão citadas neste trabalho.

A permanência desses anúncios entre 1864 e 1898 demonstra que, mesmo com a expansão gradual da instrução pública, o ensino privado continuou desempenhando papel relevante na educação paraibana. As aulas particulares ampliavam o acesso à escolarização, diversificavam a oferta de ensino e contribuíam para a consolidação do magistério como uma das principais ocupações femininas no século XIX. Ao mesmo tempo, possibilitavam às mulheres conquistar autonomia econômica, reconhecimento social e inserção na esfera pública por meio da educação, tornando-se agentes fundamentais no processo de difusão da instrução na Província da Parahyba.

2.2 – Pensando a instrução feminina em instituições não formais

Convém também mencionar os conjuntos de iniciativas, que não eram escolas formais, porém ofereciam abrigo e educação para meninas desvalidas e órfãs. A historiografia paraibana ainda apresenta lacunas quanto ao estudo das iniciativas assistenciais não formais destinadas às meninas desvalidas durante o século XIX, contudo, podemos observar em pesquisas nos jornais e relatórios de Presidentes menções sobre esses estabelecimentos. Conforme analisa Schueler:

> Além das escolas elementares, secundárias e superiores, outras instituições educativas se destacaram como instrumentos modelares para a promoção dos ideais de civilização, então almejados por parcelas das elites políticas e intelectuais, que disputaram projetos distintos de construção da nação e de formação do povo. Entre tais instituições, os asilos e internatos para as infâncias adquiriram enorme relevância, na medida em que foram propostos em várias localidades do país, criados e disseminados por iniciativa de várias agências educativas (indivíduos, grupos, associações leigas e religiosas, igrejas e poderes públicos) (SCHUELER, 2009, p.02).

Os relatórios administrativos e a legislação provincial da Parahyba demonstram que a Santa Casa de Misericórdia e as Casas de Caridade constituíam importantes espaços de

atendimento à população, sustentados por subvenções governamentais, doações e rendas próprias. No relatório do Ministério do Império, referente ao ano de 1863, registra-se a inauguração da Casa de Caridade do termo de Santa Luzia do Sabugy, cujo patrimônio era composto por um prédio e bens adquiridos por meio de ´´esmolas`` (RIO DE JANEIRO. Relatório do Ministério dos Negócios do Império 1873, p.94). A instituição mantinha um recolhimento destinado ao sexo feminino, destinando anualmente a quantia de 3:000$000 para seu custeio. O estabelecimento contava com três Irmãs de caridade responsáveis pelos serviços assistenciais e pela administração cotidiana, além de abrigar 32 órfãs, evidenciando sua dupla função de assistência social e acolhimento de meninas desamparadas

Em 1865, na exposição apresentada pelo presidente da Província, Dr. Sinval Odorico de Moura, ao transmitir a administração ao Dr. Felisardo Toscano de Britto, destaca-se a relevância das Casas de Caridade como complemento das atividades desenvolvidas pela Santa Casa da Misericórdia. Segundo o documento, a instituição não apenas ampliava as ações de beneficência, mas também preenchia uma lacuna no ensino público provincial, ao oferecer uma escola voltada para o desenvolvimento e aproveitamento das vocações industriais, demonstrando que a assistência estava associada à formação educacional e profissional das internas.

Na década de 1880, observa-se um fortalecimento do apoio financeiro do poder público às instituições de caridade. Em 1883, a legislação provincial determinou, por meio do artigo 21, que os dízimos de miunças do termo de Patos passassem a pertencer à Casa de Caridade de Santa Luzia do Sabugy, cabendo à diretoria da instituição administrar a arrecadação desses recursos. Essa medida garantia uma fonte permanente de financiamento para a manutenção das atividades assistenciais. (JORNAL O LIBERAL PARAHYBANO - PB, 1883, Edição 00191, p.1).

Em 1882, um ofício expedido pelo Secretário da Província comunica a publicação da Lei Provincial n.º 740, de 15 de novembro do ano anterior, concedendo à professora da Casa de Caridade da Vila de Cabaceiras uma gratificação anual de 600$000 réis. Em contrapartida, a docente deveria ministrar internamente o ensino das matérias de instrução primária a todas as alunas da instituição, submetendo-se às mesmas obrigações das professoras públicas da província. Essa medida demonstra que as Casas de Caridade também desempenhavam funções educacionais, integrando assistência, acolhimento e instrução feminina em um

mesmo espaço institucional. (JORNAL O LIBERAL PARAHYBANO - PB, 1883, Edição 00118, p.2).

No ano de 1884, novas disposições legais reforçaram o compromisso do governo provincial com a assistência pública. Uma delas determinava a concessão de subvenção à Santa Casa da Misericórdia, mantendo as pensões aprovadas na sessão extraordinária do ano anterior. Outra lei estabelecia que, para o exercício financeiro de 1885, permaneceria em vigor o orçamento da instituição, com a alteração de que a subvenção do Tesouro Provincial seria fixada em quatorze contos de réis, evidenciando o reconhecimento da importância da Santa Casa para a assistência hospitalar e beneficente na Província da Parahyba. (JORNAL O LIBERAL PARAHYBANO - PB, 1884, Edição, 00223, p.2).

Em conjunto, essas evidências demonstram que as práticas assistenciais desenvolvidas na Província da Parahyba durante a segunda metade do século XIX não se limitaram ao atendimento aos enfermos, órfãos e desvalidos, nem se encerraram com o fim do período imperial. Ao contrário, constituíram as bases de uma cultura institucional de assistência que permaneceu ativa nas primeiras décadas do século XX. Nesse sentido, o estudo de Roberta Maria Aguiar do Nascimento, Educação e destino das meninas desvalidas do Orphanato D. Ulrico: no cenário da Cidade da Parahyba (1913-1929), evidencia a continuidade dessas práticas de acolhimento e recolhimento de meninas consideradas desvalidas. A pesquisa demonstra que instituições destinadas à proteção e à educação feminina continuaram a desempenhar funções de amparo, disciplinamento e formação moral e profissional, reafirmando concepções já presentes nas experiências assistenciais oitocentistas. Assim, observa-se que o recolhimento de meninas, inicialmente estruturado no contexto das obras de caridade e beneficência do século XIX, manteve-se como estratégia de intervenção social no século XX, adaptando-se às novas demandas políticas e educacionais, mas preservando o propósito de moldar comportamentos, oferecer instrução e preparar essas jovens para os papéis sociais considerados adequados à época. (NASCIMENTO, 2015).

Assim, os estabelecimentos particulares femininos revelam uma dimensão própria da organização educacional oitocentista, na qual ensinar também envolve criar, manter e divulgar espaços de instrução. As experiências apresentadas neste capítulo permitem reconhecer esses estabelecimentos como parte efetiva da dinâmica educacional da Província, abrindo caminho para observar, no capítulo seguinte, as trajetórias das mulheres que atuam nesses diferentes espaços.

III – PROFESSORAS NO TRÂNSITO ENTRE O MAGISTÉRIO PRIVADO E PÚBLICO

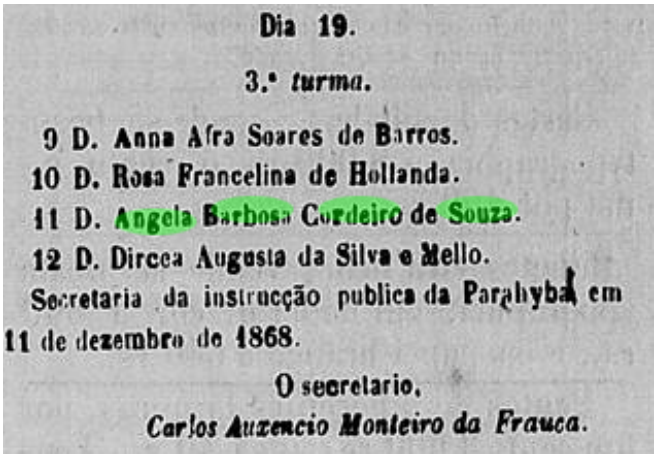
A docência no Brasil do século XIX caracterizava-se por uma intensa circulação entre o ensino público e o ensino particular. Em um contexto de consolidação da instrução pública primária, o Estado ainda possuía capacidade limitada para atender à demanda escolar da população, fazendo com que a iniciativa privada desempenhasse papel fundamental na oferta da educação. Dessa forma, muitos docentes construíram suas carreiras atuando simultaneamente ou alternadamente em escolas públicas e particulares.

As escolas públicas eram criadas e mantidas pelas províncias, que realizavam concursos, nomeações e inspeções das cadeiras de primeiras letras. Entretanto, a carreira docente era marcada por dificuldades como remuneração insuficiente e atrasos frequentes no pagamento dos vencimentos, visto o que é evidenciado nos documentos oficiais (PARAÍBA, Província. Relatório Presidente da Província da Paraíba do Norte, 1842, p.17). Além disso, mudanças políticas e administrativas podiam resultar em remoções, substituições ou extinção de cadeiras, tornando a profissão instável.

Nesse cenário, o ensino particular constituiu-se como uma alternativa importante para as professoras. Muitas educadoras, especialmente aquelas que ensinavam meninas, abriram escolas em suas próprias residências e anunciaram seus estabelecimentos nos jornais da época. Nessas instituições ofereciam instrução primária, ensino de bordado, costura, francês, música, desenho e princípios de moral e religião (O Publicador, 1869, Edição 00657, p.4), atendendo às expectativas das famílias quanto à formação feminina.

O trânsito entre o magistério privado e público não deve ser compreendido como uma mudança de profissão, mas como uma estratégia de permanência na carreira docente. Frequentemente, professoras nomeadas para cadeiras públicas mantinham aulas particulares fora do horário escolar ou retornavam ao ensino privado quando deixavam o serviço público. Como avalia Santos (2020), ´´Quando pensamos na atuação das professoras mulheres nesses espaços da instrução primária, encontramos, com frequência, estratégias utilizadas por elas no intento de ocuparem mais espaços neste contexto``. Esse movimento demonstra que as fronteiras entre os dois setores eram bastante flexíveis e que ambos contribuíram para a expansão da escolarização no Brasil oitocentista.

A título de ilustração, observamos a trajetória da professora D. Angela Barbosa Cordeiro de Souza , no qual as fontes possibilitam, mesmo que de maneira insuficiente para compreender todo o percurso do magistério da mesma, entendermos esses processos entre o público e o privado. Em abril de 1868 é desiguinada para substituir a professora da ´´Villa de Ingá`` que estava sob licença, e em dezembro do mesmo ano prestou concurso para a cadeira primaria do sexo feminino da mesma cidade, avaliação ocorrida ´´na sala dos actos do lycêo desta cidade`` (O Publicador, 1868, p.1), concorrentemente com D. Anna Afra Soares de Barros, D. Rosa Francelina de Hollanda e D. Dircea Augusta da Silva e Mello. Segundo os relatórios dos presidentes e jornais locais da província da Paraíba, até o momento essa é a primeira menção no que se refere a Angela Souza em um concurso publicamente.



Dia 19.

3.ª *turma.*

9 D. Anna Afra Soares de Barros.
10 D. Rosa Francelina de Hollanda.
11 D. Angela Barbosa Cordeiro de Souza.
12 D. Dircea Augusta da Silva e Mello.

Secretaria da instrucção publica da Parahyba em 11 de dezembro de 1868.

O secretario,
Carlos Auzencio Monteiro da Franca.

O Publicador, 1868 , Edição 01875 p. 3

Em 1869 o nome de Angela Barbosa aparece coincidentemente com Rosa Francelina de Hollanda e Dircea Augusta da Silva e Mello, que pleitearam a vaga da cadeira de ensino primário feminino em Ingá no ano anterior, dessa vez disputando a vaga da ´´Villa de Piancó``(O Publicador, 1869, Edição 1939, p.2 ), juntamente com mais duas professoras, Diamantina Francelina e Maria Adelina Leite de Souza, sendo essa última a nomeada professora pública interina da ´´Villa``. (O Publicador, 1869, Edição 1929, p.1).

No mesmo ano, Angela, licenciada por S. Exe. Sr. Presidente da província, oferece nos jornais suas aulas particulares para meninas da capital, situando-se na rua das Convertidas (Atual Maciel Pinheiro), declarando que lecionava no período noturno leitura, escrita e língua francesa para moças que, por diferentes circunstâncias, não tinham a oportunidade de frequentar as aulas durante o dia. (O Publicador, 1869, Edição 1948, p.3). É significativo ressaltar que, como já citado anteriormente, para se obter a licença da província para ministrar as aulas particulares era imprescindível seguir as diretrizes da Lei n° 178 de 30 de novembro de de 1864, decretada pelo Presidente da província Sinval Odorico de Moura, salientando que

não poderiam instaurar aulas particulares em localidades próximas às aulas públicas. Em 1871 Angela é nomeada professora em Cajazeiras em 50 cadeiras de primeiras letras, nesse último mapa não foi informado quantas alunas frequentavam suas aulas. Durante o exercício de seu magistério, a professora Angela não ministrou aulas para meninos. (SANTOS, 2020).

> D. Angela Barbosa Cordeiro de Souza, professora licenciada para ofertar aulas particulares na Cidade da Paraíba, em sua residência localizada na Rua das Convertidas n. 167, "[...] se propõe a ensinar á noite a ler, escrever, traduzir e fallar a lingua franceza áquellas meninas ou moças que não possão vir durante o dia" (O Publicador, 1869, Edição 1685, p.4).

Possivelmente esse público de aulas noturnas poderia constituir-se de meninas e moças que possivelmente necessitam trabalhar durante o dia, que ajudavam no sustento das casas, como mão de obra nas lavouras, algo bastante comum e muitas vezes queixa recorrente na documentação quanto a baixa na frequência de aulas de instrução primária na Província, ou mesmo mulheres com funções diversas de comércio - costureiras, quituteiras -, donas de casa, mães de família. Por outro lado, é preciso considerar que não se tratava de uma aula qualquer, mas sim de língua francesa, o que nos leva a cogitar que possa ter sido esse um espaço de instrução secundária particular, uma vez que o francês era um componente curricular mais comum ao currículo do ensino secundário e, portanto estaríamos diante, talvez, de uma oferta de aulas isoladas, uma característica do ensino propedêutico (Haiddar, 1972).

Igualmente, mencionamos Anna Carolina Carneiro da Cunha Aranha, que iniciou sua carreira no magistério atuando no ensino particular. Em 1883, publicou um anúncio no jornal *O Liberal Parahybano* comunicando aos pais de família a abertura de uma aula de ensino primário em sua residência, localizada na casa nº 48 da Rua Marquês do Herval, na cidade da Parahyba do Norte. No anúncio, informava que recebia alunas internas e externas e oferecia instrução primária mediante "condições razoáveis", evidenciando a prática comum de professoras que mantinham escolas particulares em suas próprias residências antes de ingressarem no serviço público.



ANNUNCIOS

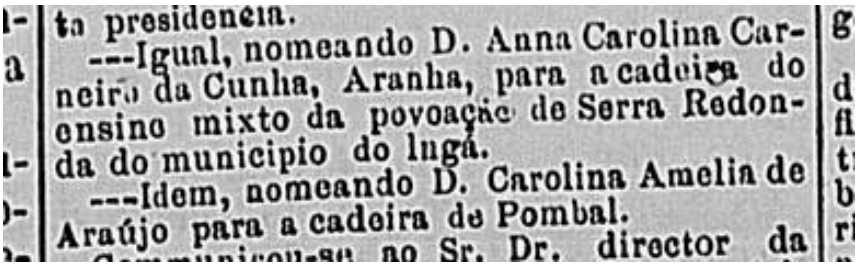
DECLARAÇÃO

Anna Corolina Carneiro da Cunha Aranha, declara aos paes de familia que, n'esta data, abrio aula do ensino primario na casa n. 48, sita á rua Marquez do Herval d'esta cidade, e bem assim que recebe alumnas internas e externas para leccionar as materias do mesmo ensino, mediante condições razoaveis.

Parahyba, 12 de Março de 1883.

O Liberal Parahybano (PB), 1883, Edição 00161, p.4

No ano seguinte, em 14 de julho de 1884, Anna Carolina foi nomeada por meio de concurso para o magistério público provincial, assumindo a cadeira de ensino misto da povoação de Serra Redonda, pertencente ao município de Ingá. Sua nomeação demonstra a passagem do ensino privado para a carreira pública, processo frequente entre professoras da instrução primária na segunda metade do século XIX.



ta presidencia.

---Igual, nomeando D. Anna Carolina Carneiro da Cunha, Aranha, para a cadeira do ensino mixto da povoação de Serra Redonda do municipio do Ingá.

---Idem, nomeando D. Carolina Amelia de Araújo para a cadeira de Pombal.

O Liberal Parahybano (PB), 1884, Edição 00216, p. 2

Em 1885, foi removida da cadeira de Serra Redonda para a cadeira da povoação de Canafístula, permanecendo vinculada ao ensino público provincial. A remoção acompanhava a política administrativa da instrução pública, que frequentemente redistribuía docentes conforme as necessidades das localidades.

Em 1886, a *Falla* apresentada pelo presidente da Província, Dr. Antonio Herculano de Souza Bandeira, registra que a professora de Canafístula, D. Anna Carolina Carneiro da Cunha Aranha, obteve licença de dois meses por motivo não especificado. Posteriormente, a mesma documentação informa a concessão de uma prorrogação de um mês, indicando que permaneceu afastada de suas funções por um período total de três meses. O mesmo documento registra, entre os professores falecidos naquele ano, o nome de D. Anna Carolina

Carneiro da Cunha Aranha, identificando-a como professora da cadeira de Canafístula. Esse registro indica que a docente faleceu ainda no exercício do cargo público, interrompendo precocemente sua trajetória profissional, isso possibilita evidenciar um aspecto ressaltado por Santos (2020), a documentação oficial permite acompanhar não apenas as nomeações e promoções, mas também as interrupções e os desfechos das carreiras docentes, revelando a estreita relação entre a vida funcional dos professores e a burocracia estatal. Os relatórios dos presidentes da Província, nesse sentido, constituem importantes instrumentos para compreender as formas de administração da instrução pública e as condições em que professoras e professores desempenhavam suas funções.

Assim, a documentação disponível permite acompanhar uma carreira relativamente breve, porém representativa do percurso de muitas professoras oitocentistas, início no ensino particular, por meio de uma escola doméstica destinada principalmente à educação feminina, ingresso no magistério público provincial mediante nomeação oficial, remoção administrativa para outra cadeira e permanência no serviço público até seu falecimento em 1886. Desse modo, a trajetória de D. Anna Carolina Carneiro da Cunha Aranha ilustra como a atuação das professoras oitocentistas esteve submetida às necessidades organizacionais do ensino provincial, ao mesmo tempo em que evidencia a relevância dos registros administrativos para reconstruir percursos profissionais que, embora muitas vezes curto, contribuíram para a consolidação da instrução pública e da presença feminina no magistério paraibano.

Podemos também evidenciar a trajetória da professora Senhorinha Angélica da Lapa (brevemente citada no capítulo anterior), que pode ser acompanhada por meio dos mapas de instrução pública e dos relatórios administrativos da Província da Parahyba (1852 - 1878), os quais evidenciam sua longa atuação no magistério público ao longo da segunda metade do século XIX. Os primeiros registros localizam a professora na cidade da Parahyba, onde, em 1852, ministrava aulas particulares para 22 alunas. No Mapa da Instrução Pública de 1854, referente ao ano letivo de 1853, consta que sua escola possuía 39 alunas matriculadas, conforme informações apresentadas pelo secretário de instrução Thomaz d'Aquino Mindello, demonstrando o crescimento da procura por suas aulas. Em 15 de abril de 1854, um novo registro aponta a matrícula de 31 alunas (PARAHYBA DO NORTE, Relatório..., 1854, p.15).

Entre os anos de 1855 e 1863, não foram localizados mapas ou relatórios que apresentem informações sobre suas atividades docentes. A documentação volta a registrar sua atuação em 31 de agosto de 1864, quando o relatório do presidente da Província a identifica

como professora pública da vila de Mamanguape, com 25 alunas matriculadas. No ano de 1865, segundo informações do secretário Carlos Aurélio Monteiro da França, sua escola contava com 20 alunas matriculadas. Já em 1866, a documentação apresenta uma particularidade, em vez de registrar alunas, informa a existência de aproximadamente 23 alunos matriculados. Em 1867, Senhorinha Angélica da Lapa aparece identificada como professora vitalícia, tendo sob sua responsabilidade 26 alunas (FONTES, 1866, p.14) .

Os registros de 1869 e 1871 confirmam sua permanência como professora da Província, evidenciando a continuidade de sua carreira no magistério público. Entretanto, entre 1872 e 1876, novamente não foram encontrados mapas ou relatórios contendo informações sobre sua escola. Em 12 de agosto de 1877, a professora realizou uma permuta com a professora Elmira Josefina Cirne de Figuerêdo, da cidade de Araçagy, alterando sua lotação. No ano seguinte, 1878, Senhorinha Angélica da Lapa foi jubilada, encerrando oficialmente sua trajetória no magistério provincial após décadas de atuação na instrução pública paraibana (SANTOS, 2020).

A documentação disponível permite observar uma carreira marcada pela permanência no ensino público, pela mobilidade entre localidades da Província e pelo reconhecimento institucional, expresso tanto em sua nomeação como professora vitalícia quanto em sua jubilação, elementos que evidenciam sua contribuição para a educação feminina e para a organização da instrução pública na Parahyba oitocentista, isso permite compreender aquilo que Santos (2020), define como o "fazer-se docente", isto é, um processo histórico em que os saberes pedagógicos eram produzidos na prática cotidiana das professoras e professores, articulando-se às condições sociais, políticas e administrativas da Província. Em vez de uma formação inicial sistematizada, a experiência, a continuidade no cargo e o reconhecimento institucional eram elementos fundamentais para a consolidação da identidade profissional docente.

No caso das mulheres, essa trajetória assumia significado ainda mais relevante. O magistério tornou-se uma das poucas ocupações socialmente legitimadas para o trabalho feminino remunerado, possibilitando certo grau de autonomia econômica e reconhecimento social. Ao mesmo tempo, as professoras precisavam conciliar as expectativas de moralidade e domesticidade impostas pela sociedade com as exigências do exercício profissional (Rizzini e Schueler, 2018). Assim, suas trajetórias revelam tanto estratégias de inserção no mundo do trabalho quanto formas de participação na construção da educação pública e da iniciativa

privada.

Sob a perspectiva da História da Educação, investigar a circulação de docentes entre o ensino público e o privado permite compreender a constituição da profissão docente, as relações entre Estado e iniciativa particular e as experiências de professoras cujas trajetórias permaneceram invisibilizadas por longo tempo, bem como expressa Limeira (2022), ´´ Os estudos da História da Educação muito teriam a contribuir com a construção de uma política de formação de professores mais democráticos`` p.51. A análise de documentos oficiais, relatórios provinciais, legislação, periódicos e anúncios de jornais evidencia que a educação oitocentista foi resultado da atuação conjunta de diferentes agentes e instituições, sendo as professoras protagonistas desse processo de escolarização.

A análise das trajetórias apresentadas neste capítulo permite compreender que o exercício do magistério feminino não se restringe a uma única forma de atuação. As experiências examinadas demonstram diferentes percursos profissionais, marcados pela circulação entre iniciativas particulares e o ensino público, pela permanência em determinadas funções e pela mobilidade entre localidades e estabelecimentos. Nesse movimento, as professoras constroem suas experiências profissionais a partir das possibilidades existentes em seu tempo, ocupando espaços distintos no campo educacional e estabelecendo relações com as demandas de escolarização da sociedade oitocentista. Desse modo, observar essas trajetórias possibilita ampliar a compreensão sobre o trabalho docente feminino, considerando não apenas o lugar ocupado pelas professoras nas escolas, mas também os caminhos que percorrem para exercer e consolidar sua atividade profissional.

CONCLUSÃO

A presente pesquisa teve como objetivo analisar a participação das mulheres no comércio da instrução na Província da Parahyba do Norte entre 1870 e 1890, buscando compreender as formas de inserção das professoras no ensino particular e suas contribuições para a organização da educação oitocentista. A análise da documentação permitiu evidenciar que a escolarização feminina resultou da atuação articulada entre iniciativas públicas e particulares, demonstrando que a expansão da instrução não esteve restrita à ação do Estado.

Os documentos examinados revelaram que o ensino particular constituiu um espaço relevante de atuação profissional para as mulheres. Por meio da criação e administração de colégios, da oferta de aulas particulares e da divulgação de seus serviços na imprensa, as professoras participaram ativamente da constituição da malha educacional da província. Essas experiências evidenciam que a docência feminina ultrapassou o exercício das cadeiras públicas, inserindo-se também nas relações econômicas e sociais que caracterizaram o comércio da instrução. A pesquisa também permitiu identificar que os anúncios publicados nos periódicos oitocentistas desempenharam papel fundamental na divulgação dos estabelecimentos de ensino e na construção da legitimidade dessas professoras perante a sociedade.

Da mesma forma, a investigação demonstrou que a ampliação da escolarização feminina ocorreu de maneira desigual e esteve condicionada por fatores políticos, econômicos e sociais. Embora se observe um crescimento da oferta de instrução para meninas ao longo do período estudado, persistiram limitações relacionadas às condições financeiras da província, às oscilações da rede pública e às desigualdades de acesso à educação. Nesse cenário, o ensino particular desempenhou importante função complementar, contribuindo para ampliar as possibilidades de escolarização.

Ao privilegiar a atuação das professoras no comércio da instrução, este estudo reforça a necessidade de ampliar o olhar sobre a História da Educação paraibana, reconhecendo mulheres que participaram da organização do ensino, da circulação de saberes e da formação de diferentes gerações. Suas trajetórias evidenciam que essas educadoras ocuparam posições de protagonismo em um campo historicamente marcado pela predominância masculina na produção das narrativas históricas.

Os caminhos abertos por esta investigação também apontam para possibilidades de continuidade na formação acadêmica. O contato com as fontes e com as trajetórias de professoras ao longo deste estudo suscita o interesse em ampliar a investigação sobre a presença feminina na educação paraibana, especialmente a partir de novas documentações, localidades e experiências profissionais. Entre as possibilidades futuras, encontra-se o aprofundamento das relações entre educação, trabalho feminino e iniciativa particular, bem como a investigação de trajetórias de mulheres que permaneceram pouco visíveis na documentação e na historiografia. Nesse sentido, a continuidade dos estudos em História da Educação apresenta-se como uma possibilidade de aprofundar questões que o formato e os limites deste trabalho não permitem desenvolver integralmente. O presente TCC, portanto, encerra uma etapa da formação acadêmica, mas mantém abertas outras perguntas e caminhos de investigação que poderão ser retomados em pesquisas futuras.

Por fim, espera-se que esta pesquisa contribua para o fortalecimento dos estudos sobre História da Educação, História das Mulheres e ensino particular na Paraíba oitocentista, incentivando novas investigações sobre outras professoras, estabelecimentos de ensino e experiências educacionais ainda pouco exploradas pela historiografia. Ao reunir e analisar diferentes conjuntos documentais, este trabalho busca ampliar a compreensão sobre a constituição da instrução na província e sobre a participação das mulheres nesse processo, colaborando para a valorização de trajetórias historicamente pouco visibilizadas.

REFERÊNCIAS

BARROS, S. A. P.. 200 Anos de Educação da População Negra no Brasil. In: Gazola, K. F. B. et tal. (Org.). *Educação e Nação no Bicentenário da Independência.* 1ed. Belo Horizonte: KMA, 2022, v. 1, p. 157-170.

BARROS, SURYA POMBO DE. Escravos, libertos, filhos de africanos livres, não livres, pretos, ingênuos: negros nas legislações educacionais do XIX. *Educação e Pesquisa - Revista da Faculdade de Educação da USP,* v. 42, p. 591-605, 2016.

BRASIL. Lei de 15 de outubro de 1827. Manda crear escolas de primeiras letras em todas as cidades, villas e logares mais populosos do Imperio. *Coleção de Leis do Império do Brasil*, Rio de Janeiro, 1827. Disponível em: Portal da Câmara dos Deputados – Lei de 15 de outubro de 1827. Acesso em: 02 jul. 2026.

BRASIL. Ministério do Império. *Relatório da Repartição dos Negócios do Império*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1873. Ano 1873, edição 00002, p. 94. Disponível em: https://memoria.bn.br/. Acesso em: 22 jul. 2026.

BRASIL, Lei 15 de outubro de 1827 - CARVALHO, J. I- A Construção da Ordem. A elite política Imperial. II- Teatro das sombras. *A política Imperial*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

BRASIL, Rayane de Lima; MARIANO, Serioja Rodrigues Cordeiro. **Em todas as ruas veem-se cadáveres ambulantes e nus sem forças para implorarem uma esmola (...). A morte tem arrebatado muitas vidas: doenças na Parahyba no contexto da seca de 1877-1879.** Espacialidades, Natal, v. 21, n. 1, p. 704-720, 2025. Disponível em: https://periodicos.ufrn.br/espacialidades/article/view/38462. Acesso em: 19 jul. 2026.

Diario da Parahyba (1862), Paraíba. Disponível em: http://memoria.bn.br. Acesso em: 14 jul. 2026.

EGITO, Philipe Henrique Teixeira do. A instrução feminina na Capital da Província da Parahyba do Norte: o Colégio de Nossa Senhora das Neves (1858-1895). In: FERRONATO, Cristiano; PINHEIRO, Antonio (orgs.). Temas sobre a Instrução no Brasil Imperial (1822-1889). João Pessoa, Editora Universitária (UFPB), 2008.

ESPINDOLA, Maíra Lewtchuk. *As experiências dos intelectuais no processo de escolarização primária na Parahyba (1824-1922)*. 2017. 263 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/9886. Acesso em: 10 mai. 2026.

FERRONATO, Cristiano (org.). A instrução pública na Parahyba do Norte: discursos, falas e relatórios de presidentes da província (1837-1889). Vitória, ES: SBHE/Edunit/Virtual Livros, 2015.

FONTES PARA A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DA PARAÍBA IMPERIAL [recurso eletrônico]: documentos diversos (1821-1860). (Org): CURY, Cláudia Engler; ANANIAS,

Mauricéia; PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira Pinheiro. Vitória, ES: SBHE/Virtual Livros, 2015.

HAIDAR, M. *O ensino secundário no Império brasileiro*. São. Paulo: Gribaldo, USP, 1972.

Jornal A União, Paraíba. Disponível em: http://memoria.bn.br. Acesso em 15 jan. 2025.

Jornal Arauto Parahybano, Paraíba. Disponível em: http://memoria.bn.br. Acesso em 11 de jun. 2026.

Jornal da Parahyba (1863), Paraíba. Disponível em: http://www.cchla.ufpb.br/jornaisefolhetins/diversos.html. Acesso em: 12 de jul. 2026.

Jornal Gazeta da Parahyba, Paraíba. Disponível em: http://memoria.bn.br. Acesso em 11 de jun. 2026.

Jornal Gazeta do Rio de Janeiro, 1821. Disponível em: http://memoria.bn.br. Acesso em 10 de jun. 2026.

Jornal O Liberal Parahybano, Paraíba. Disponível em: http://memoria.bn.br. Acesso em 11 de jun. 2026.

LADISLAU, A.; MIRANDA, I. Docência na instrução feminina: Idalina Margarida de Assunção Meira Henriques (Paraíba do Norte, 1859-1869). In: (Org) LIMEIRA, A.; GALVÍNCIO, A. Mulheres em movimento na história da educação brasileira (1850-1950). Curitiba: Appris, 2024, p.127-146.

LIMEIRA, A. O comércio da instrução do século XIX: colégios particulares, propagandas e subvenções públicas. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ, Rio de Janeiro, 2010.

LIMEIRA, A.; GONDRA, J. G. ¿Estatizar la vida? Un estudio sobre (re)configuración de las concepciones de público y privado en la historia y en la historia de la educación. Irice (Conicet - UNR), v. 38, p. 11-40, 2020.

LIMEIRA, Aline de Morais; COSTA, Patrícia; CALAZANS, Viviane. Uma história da educação e da emancipação feminina: o ensino secundário na capital brasileira do Oitocentos. In: LAÍNEZ, Alejandro; MEDINA, Denise; LUSTOSA, Francisca; VILANOVA, Francisco. (Org.). Liberdades no/do Brasil? Os processos de Independência e da formação das populações (1815-2022). Rio de Janeiro: MAUAD, 2023, v. 1, p. 127-152.

MIRANDA, Itacyara Viana. Instrução, disciplina e civilização: uma perspectiva de leitura acerca das aulas públicas e particulares na Parahyba do Norte (1860-1889). 2012. 149 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/5964. Acesso em: 09 jul. 2026.

MOURA, V. Pequenos aprendizes: assistência à infância desvalida em Pernambuco no século XIX. 2003. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

O Liberal Parahybano (1884), Paraíba. Disponível em: http://memoria.bn.br. Acesso em 17 junho de 2026.

O Publicador (1864-1869), Paraíba. Disponível em: http://memoria.bn.br. Acesso em 15 de janeiro de 2025.

PARAHYBA DO NORTE. Província da. Lei nº 178 de 30 de novembro de 1864. Leis e Regulamentos da Instrução Pública da Paraíba no Período Imperial. PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira; CURY, Cláudia Engler (orgs). In: Coleção Documentos da Educação Brasileira [recurso eletrônico]. Dados eletrônicos. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2004. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/diversas/historia_da_educacao/leis_e_regulamentos_da_instrucao_da_paraiba_no_periodo_imperial. Acesso em: jul. 2026.

PARAHYBA DO NORTE. Província da. Relatório do Presidente de Província. Henrique de Beaurepaire Rohan. 1859, p. 138. A Instrução Pública na Parahyba do Norte: Discursos, Falas e Relatórios de Presidentes da Província (1837-1889). FERRONATO, Cristiano (org.). In: Coleção Documentos da Educação Brasileira [recurso eletrônico]. Dados eletrônicos. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2004. Disponível em: https://pt.scribd.com/document/410839787/A-INSTRUCAO-PUBLICA-NA-PARAHYBA-DO-NORTE-1837-1889-pdf . Acesso em: 03 de jun. 2026.

PINHEIRO, A. A discussão sobre a obrigatoriedade do ensino no século XIX e a contribuição de Manuel Tavares Cavalcanti nos anos de 1910 a 1921. In: (Org) VIDAL, D.; SÁ, E.; SILVA, V. *Obrigatoriedade Escolar no Brasil.* Cuiabá: EdUFMT, 2013, p.171-188.

PINTO, Irineu. DATAS E NOTAS PARA A HISTÓRIA DA PARAHYBA VOLUME 2. IRINEU FERREIRA PINTO. Disponivel em: https://archive.org/details/rpparaiba1859a/page/n13/mode/2up?q=collegio Acesso em: 14 mai. 2026.

RIBEIRO, Domingos de Azevedo. *Uma professora na época colonial.* Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, João Pessoa, n. 28, p. 319-321, out. 1995.

RIO DE JANEIRO. Relatório do Ministério dos Negócios do Império 1873, p.94.

RODRIGUES, Paulo Jorge. *Coeducação dos sexos no Estado de São Paulo durante a Primeira República (1889-1930)*. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação Sexual) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Araraquara, 2016. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/items/c51dba00-d84b-487d-bb7f-a82919348e2d. Acesso em: 18 jul. 2026.

SANTOS, Lays Regina Batista de Macena Martins dos. **Histórias da profissão docente no Brasil: "porque no ensino os professores são tudo!" Parahyba do Norte, 1835-1885.** 2020. 320 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Centro de Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2020.

SCHUELER, A.; RIZZINI, I. Entre o mundo da casa e o espaço público: um plebiscito sobre a educação da mulher (rio de janeiro, 1906). *Revista de História e Historiografia da Educação.* Curitiba, Brasil, v. 2, n. 4, p. 122-146, janeiro/abril de 2018.

SCHUELER, Alessandra Frota Martinez de. INTERNATOS, ASILOS E INSTITUIÇÕES DISCIPLINARES NA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA. **Revista Contemporânea de Educação,** [S. l.], v. 4, n. 7, p. 1–7, 2012. DOI: 10.20500/rce.v4i7.1570.

Disponível em: https://revistas.ufrj.br/index.php/rce/article/view/1570. Acesso em: 22 jul. 2026.

TELES, L. *Um (novo) porto do capim para um rio de difícil navegação:* trabalhadores e as margens da modernização urbana na cidade da Paraíba (1920-1924). Dissertação de Mestrado, PPGH?UFPB, João Pessoa, 2022, 170 p.